

## **MINUTA DE ATA DA DÉCIMA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE CARIOCA (CMJC)**

Em 25 de janeiro de 2024, às 10h40', na sede da Secretaria Especial da Juventude Carioca, situada à Rua Campo de São Cristóvão, 268 - São Cristóvão - Rio de Janeiro - RJ, se iniciou a 10ª Assembléia Ordinária do Conselho Municipal da Juventude Carioca com a participação de **28 (vinte e oito) Conselheiros** de forma presencial, sendo o Sr. Salvino Oliveira e a Sra. Gabriella Sampaio representantes da JUV-RIO, juntamente com Oziel Baiense, e Isabela Sabbatino, colaboradores da JUV-RIO; o Conselheiro Gustavo André, representante da AP1; o Conselheiro João Lucas, representante da AP1; o Conselheiro Lucas Gregório, representante da AP3; o Conselheiro Luiz Menezes, representante da AP3; o Conselheiro Vinicyus Mascarenhas, representante da AP4; a Conselheira Camila Peçanha, representante da AP5; o Conselheiro Tony Souza, representante da AP5; o Conselheiro Caio Faustino, representante da Associação Semente da Vida Cidade de Deus; o Conselheiro Eryck Luiz, representante do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira; a Conselheira Lara de França, representante do Centro Comunitário Irmãos Kennedy; o Conselheiro Diogo Campos, representante do Instituto Besouro de Fomento e Pesquisa; a Conselheira Itislei Vidal, representante do Providenciando a Favor da Vida; o Conselheiro Lucas Farias, representante da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas; o Conselheiro Matheus Félix, representante da União da Juventude Socialista; o Conselheiro Gustavo Cunha, representante da União Nacional dos Estudantes; o Conselheiro Henrique Silveira de Souza, representante do Instituto Pereira Passos; a Conselheira Andreia Pavoni, representante da SEAC-RIO; a Conselheira Ingrid Nascimento, representante da SMAC; a Conselheira Cristiana Barbosa, representante da SMAS; a Conselheira Amanda Oliveira, representante da Casa Civil; a Conselheira Andréia de Carvalho, representante da SME; o Conselheiro Gabriel Leal, representante da SMEL; o Conselheiro Matheus Barreto, representante da SMPD; o Conselheiro Marcus Vinícius, representante da SMS; a Conselheira Moana Couto, representante da SPM-RIO; a Conselheira Laís Sardinha, representante da SETUR; o Conselheiro Felipe Levy, representante da SETUR; e a Conselheira Julia Francisca, representante da SMPU. Em seguida, o presidente do CMJC, Sr. Salvino Oliveira deu início à reunião pelas boas-vindas aos novos conselheiros, passando em seguida para a leitura da pauta do dia. Informa ainda o pedido de desligamento do conselheiro Daniel Pontes, atual segundo secretário do Conselho, abrindo vacância no

CMJC, bem como na mesa diretora. O presidente do conselho realiza a leitura da ata da última assembleia, que foi aprovada por contraste com 21 (vinte e um) votos favoráveis e 03 (três) abstenções. Dando início à primeira pauta, a vice-presidente do Conselho passa para a apreciação de quórum do conselho, começando pela leitura da Resolução CMJC n.º 09, de 22 de setembro de 2023, a Conselheira Camila explicita que devido às vacâncias das cadeiras do CMJC os pontos de dúvidas relativas ao quórum das assembleias estão esclarecidas. O presidente Salvino Oliveira abre inscrição para o uso da palavra para dúvidas sobre o quórum e vacâncias do CMJC, e o Conselheiro Lucas Gregório explicita que com a saída do Conselheiro Daniel, sua suplente assume a cadeira automaticamente. Passando para a pauta seguinte, que consiste na apreciação da Representação n.º 03, de 2023 da Comissão de Ética que tem por objeto a denúncia em face da Representação n.º 02 de 2023, proposta pelo Secretário-Geral Daniel S. Pontes em face dos conselheiros Lucas Cardoso Gregório e Luiz Anderson Menezes. O presidente do conselho realizou a leitura do parecer, e dando prosseguimento, foi aberta a inscrição de falas para manifestação e defesa dos acusados. O conselheiro Caio pede esclarecimento em relação a inscrição para defesa ou debate da matéria, e após os esclarecimentos serem sanados pela mesa diretora, se deu início ao debate. O Conselheiro Caio alega a existência de vícios no parecer do caso e expõe que considera necessária alteração do regimento para que seja permitida a expressão contrária dos conselheiros às decisões do plenário. O Conselheiro Gustavo pontua que o processo se volta para a discussão da matéria e não para a discussão do estatuto/regimento e esclarece que o mesmo se trata de preservar a autonomia do Conselho e de sua atuação. Também pontua a gravidade de não constar nos sistemas do MPRJ a consultoria a membros do Conselho, que poderia ter sido feita informalmente. Em seguida, a Conselheira Camila Peçanha pontua a responsabilidade da comissão de ética em se debruçar sobre a gravidade dos pareceres, e atenta aos Conselheiros para a gravidade das condutas analisadas pelo Conselho. O colaborador da JUV-RIO e ouvinte Oziel Baiense esclarece sua atuação como servidor e funções na JUV-RIO, quanto coordenador de projetos e assessor técnico responsável pelo contato com a Procuradoria Geral do Município, a quem compete a assessoria jurídica dos órgãos municipais, trouxe também um breve relato sobre a importância do poder público em averiguar as alegações e acusações junto à outros órgãos, inclusive o MPRJ, e questiona ao conselheiro Lucas Gregório se suas falas foram alteradas ou se o mesmo mentiu e quem foi o funcionário do MPRJ que prestou a consultoria, e o mesmo disse que responderia

em seu tempo de fala. Salvino Oliveira cita uma frase de Ulysses Guimarães sobre a Constituição, fazendo alusão ao regimento interno do CMJC, alegando que podem existir divergências interpretativas ou de posicionamento no campo da democracia, porém isso não nos permite descumprir ou afrontar o aparato que nos rege. Em seguida, o Presidente do Conselho passa a palavra para a defesa, começando pelo Conselheiro Lucas Gregório, que inicia sua fala com um relato de que as pautas da reunião de formação das comissões do conselho foi alterada no dia da reunião, para inclusão da mesma, de maneira que impossibilitou a presença dele e de outros Conselheiros no debate. Ressalta que os pedidos que foram feitos por ele à comissão de ética ainda não foram analisados, enquanto os demais pedidos foram. Relata ainda que, após diversos pedidos, os Conselheiros que não estavam presentes na reunião de formação das comissões foram incluídos nas mesmas. E, quanto aos autos do processo do Ministério Público, não encontrou o ofício proveniente do órgão, bem como alega que não foi realizada consultoria jurídica junto ao órgão, e sim com advogados privados. O presidente da mesa pede para que a fala seja concluída devido ao tempo regimental, e é assegurado ao Conselheiro tempo extra após o encerramento das manifestações. Em seguida, a Conselheira Camila Peçanha pede questão de ordem para esclarecer que os documentos juntados provenientes do MPRJ se encontram a partir da página 28 do referido processo. Passando para o Conselheiro Luiz Meneses, o mesmo alega que sua fala será breve e que existe uma perseguição política a um grupo por parte da mesa diretora do Conselho. Afirma ainda que possui as gravações das reuniões na íntegra e pode disponibilizar para os demais conselheiros e que a mesa diretora está descumprindo a constitucionalidade do processo eleitoral do conselho. Passando para o direito de fala de dois minutos adicionais à todos os Conselheiros que participaram do debate, bem como ao direito de resposta à todos que foram nominalmente citados no debate, o presidente da mesa passa a palavra para o Conselheiro Caio, que abre mão de seu tempo de fala. Passando para o Conselheiro Gustavo André, que afirma os membros do Conselho devem respeitar o viés ideológico dos demais e que é uma situação ruim existir um movimento de generalização que afirma que um grupo de conselheiros está trabalhando em prol da Secretaria no Conselho, quando os membros da oposição ao governo na verdade conseguem estabelecer um diálogo com o poder público para trabalhar em prol da juventude através do CMJC. A Conselheira Camila Peçanha abre mão de seu tempo de fala, e a palavra foi passada ao ouvinte Oziel Baiense, que alega que os acusados desconhecem as peças do processo e que os servidores da JUV-RIO

não buscaram o Ministério Público, porque ele já havia sido buscado e o que ele o processo referenciado pelo mesmo se ateve ao que constava em ata. Neste momento o Conselheiro Luiz interrompe a fala do ouvinte, que tem seu tempo restituído. Oziel reformula reformula sua fala e afirma que as instituições públicas têm o dever constitucional de se defender, bem como seus membros, por isso o processo de averiguação. Salvino Oliveira usa seu direito de resposta para afirmar que como morador da Cidade de Deus utiliza seus recursos próprios para lutar pela sua comunidade e que não cederá a possíveis ameaças e chantagens infundadas. Finalizando sua fala, volta aos fatos de mérito da denúncia, explanando o objeto do parecer. O Conselheiro Lucas Gregório começa sua fala salientando que foram enviados ao TSE vídeos contra o Secretário Salvino e que já estão com processos correntes contra o mesmo e que irá enviar para os conselheiros terem ciência dos materiais que possui. Também questiona o conselheiro que representa a UNE se, como oposição, como a UNE foi beneficiada por um patrocínio de 3 milhões para realização de evento. Além disso, alega que existe uma “perseguição política” a um grupo de Conselheiros que não foram incluídos nas comissões do CMJC, e em outros espaços do Conselho. O tempo de fala se encerra e o conselheiro não encerra sua fala. O Presidente do Conselho interrompe e passa a palavra para o Conselheiro Luiz, que tem sua fala interrompida, tendo o tempo restituído. O Conselheiro Luiz proferiu o que consta a seguir, sendo expostas as falas na íntegra, a pedido dos Conselheiros citados nominalmente. *“Então gente, só reforçando, o Secretário mais uma vez falou sobre crime, mas em nenhum momento nada disso que foi colocado aqui foi julgado, e eu não sabia que o Conselho ou o Secretário tinham o poder de determinar o que é ou não crime, acho que crime aqui é o seu vídeo, que você fala que não tá pedindo voto, mas todo mundo vai ter a oportunidade de ver na íntegra, você fazendo churrasquinho e pedindo voto, você fala que é cria da ‘CDD’, mas você está utilizando do seu cargo e do seu poder para expulsar também um jovem nascido e criado dentro de uma favela. Não precisa de muito pra saber que você não representa a juventude da cidade, e principalmente a juventude de favela, basta entrar em qualquer território de favela e perguntar quem é Salvino, ninguém vai com a tua cara, ninguém gosta de tu, essa que é a realidade...”* Após a restituição do seu tempo de fala prosseguiu da seguinte maneira, *“Tá, pera aí, agora atrapalharam minha fala... E aí, eu queria reforçar que vocês estão aí trazendo esses processos, essas denúncias mas a gente não trouxe o processo do Lucas Farias, que teve uma atitude extremamente, ao meu ver, racista dentro grupo ao se direcionar a*

*mim como moleque, ficar me dando ordem como se tivesse algum tipo de autoridade. A gente não trouxe aqui o processo da mentirosa da Camila, que foi pras redes sociais tanto denunciar o Kawan quanto a mim, e tá perdendo os dois processos por calúnia e difamação, porque não passa de uma mentirosa, a gente não trouxe aqui um monte de outros processos que o colegiado deveria estar a par e vocês ficam se fazendo, porque na verdade isso aqui não passa de uma perseguição política e aí pra quem fica eu desejo obediência, porque quando vocês ousarem discordar, o mesmo método que está sendo aplicado pra gente vai ser aplicado pra vocês, essa que é a realidade. Muito obrigado!”* Após o encerramento das falas, o Presidente do CMJC passa para o tempo de direito de resposta dos nominalmente citados no debate. Neste momento, o Conselheiro Lucas Gregório pede questão de ordem questionando se a votação da matéria ou de extensão do debate não deveria ser feita antes dos direitos de resposta. Foi esclarecido pela mesa que se seguiria com os direitos de resposta para depois prosseguir para as votações como disposto no regimento. O Conselheiro Luiz pede questão de ordem questionando a proporcionalidade do debate entre defesa e acusação no que tange ao tempo de fala. Foi esclarecido pela mesa, que o tempo de fala atribuído à todos os que participaram do debate foi o mesmo, sendo essa a proporcionalidade exigida em regimento. Passando para os direitos de resposta, é iniciado pelo Conselheiro Lucas Gregório, que proferiu o que consta a seguir, sendo expostas as falas na íntegra, a pedido. *“Vamos lá, nesse processo inteiro, novamente, repetindo, quem foi alvo de ataque foram os conselheiros, que além de terem sido excluídos das comissões, estão sendo vítimas desde lá atrás, que não é só um, não é só dois, nesse processo de expulsão do conselho. Isso é importante ficar muito claro, pois vocês fazem um parecer de 35 páginas, fazem uma numeração jurídica gigantesca, quem escreveu, foi um cidadão que age como advogado da prefeitura. Por que não tem acompanhamento da PGM aqui, não tivemos uma reunião em nenhum momento com a presença de ninguém da PGM aqui, e agora ele vem aqui com outro discurso dizendo que, não, não é ele que faz jurisdição política, quem faz é a PGM. Parece que descobriu isso ontem, ele não sabia disso até o mês passado, e não temos só um processo jurídico, que não é só jurídico e já está tornando jurídico, como eu falei, nós já estamos na justiça né. E vamos entrar na justiça com mais ações ainda, não vamos dar descanso com relação a isso, tenha certeza disso, mas é um processo político, estritamente político, né? Infelizmente, né, um processo que a gente diz que está sendo prejudicial para todo mundo, porque é um processo que foi decidido pelo próprio presidente do Conselho. E*

*na hora que decidiu conduzir esse tipo de coisa com outros Conselheiros da Sociedade Civil e não decidiu conduzir, por exemplo, essas realizações com outras Conselheiras que fazem parte do grupo de apoio a ele, né. Com outros Conselheiros, que inclusive, ele mesmo elegeu para estar aqui na mesa de diretoria. Quem elegeu a mesa diretora do Conselho, esse um, o cidadão que saiu agora, e a outra que ta sentada ao lado dele, foi o próprio Presidente do Conselho, que coagiu o Conselheiro da Sociedade Civil a votar em mesa das pessoas que ele quis determinar. Então, isso é importante que seja dito também, que fique registrado, e isso é um processo político, e jurídico, a grande questão, o processo político interessa mais os atores políticos que estão envolvidos. Surpreende muito que o principal ator político envolvido esteja convencido ainda do caminho que ele está adotando. Mas o processo jurídico, ele atinge a todo mundo. E nós vamos seguir, e vamos cobrar tudo que está acontecendo aqui, na justiça e no processo político. Tá bom!”* Prosseguindo, é passada a palavra para o Conselheiro Lucas Farias, que utiliza seu espaço para apresentar seu trabalho na atuação dentro do CMJC através da Comissão de Educação, Trabalho e Renda, bem como da comissão temporária que conduziu os trabalhos para realização da Conferência Municipal de Juventude, as quais foram presididas pelo mesmo, e expõe que possui as atas de reunião de ambas as comissões e caso algum conselheiro queira consultá-las estão disponíveis. Aproveita ainda para enfatizar que o engajamento político dos membros do CMJC não devem interferir nos trabalhos a serem feitos e que o foco deve ser o debate de políticas públicas e ações do CMJC. A conselheira Camila, em seu direito de resposta, pede que seja registrada na íntegra toda fala em que foi citada, e alega que todos os processos informados em relação a ela neste plenário são caluniosos. Afirma ainda que mais uma vez, membros do CMJC estão desqualificando o trabalho de mulheres negras, e pede para que seja dado início ao processo de votação. É informado pelo Presidente da mesa que os demais pedidos de resposta foram negados pois não houve citação direta aos solicitantes. Encerrada a pauta, o Presidente abre o regime de votação nominal da proposta pela cassação dos mandatos dos Conselheiros Lucas Gregório e Luiz Menezes, onde foram obtidos 20 (vinte) votos favoráveis, dos seguintes Conselheiros: Salvino Oliveira (JUV-RIO), Camila Peçanha (AP5), Matheus Félix (UJS), Gustavo Costa Cunha (UNE), Lucas Farias (UBES), Eryck Luiz (CACO), Itisley Vidal (Providenciando a Favor da Vida), Marcus Vinícius (SMS), Amanda Oliveira (CVL), Vinicyus Mascarenhas (AP4), Gustavo André (AP1), Diogo Campos (Besouro), Lara de França (Irmãos Kennedy), Matheus Barreto (SMPD), Andreia de Carvalho (SME),

Henrique de Souza (IPP), Ingrid Amaral (SMAC), Tony Silva (AP5), Gabriel Leal (SMEL), e Moana Costa (SPM); 03 (três) votos contrários, dos seguintes Conselheiros: Lucas Gregório (AP3), Luiz Menezes (AP3), e Cristiana Barbosa (SMAS); e 03 (três) abstenções, dos seguintes Conselheiros: Laís Sardinha (SETUR), Andreia Pavoni (SEAC), e Caio Faustino (Associação Semente da Vida). Desta maneira, o parecer é REJEITADO, por não obter maioria qualificada das cadeiras do CMJC de acordo com a previsão regimental, e os Conselheiros Lucas Gregório e Luiz Menezes não terão seus respectivos mandatos cassados. O Conselheiro Luiz Menezes deixou a reunião às 12h20'. A Conselheira Lara de França pede para fazer uma manifestação sobre a matéria do conselho em sua atuação, e a mesa aprova o pedido, que proferiu o que consta a seguir, sendo expostas as falas na íntegra, a pedido. *“Bom dia, meu nome é Lara, eu sou representante do Centro Comunitário Irmãos Kennedy. Assim, desde quando o conselho começou, a gente sempre teve muita dificuldade pra gente propor o regimento, foi uma tortura propor o regimento, foram varias, e varias sessões de regimento. A última sessão a gente ficou de 10h até 16h30' da tarde eu acho pra aprovar as últimas pautas. Mas, mediante a isso, dois conselheiros citaram democracia e falaram que tem doze pareceres com o Conselho de Ética para responder. Se a gente ficar nessa de Conselho de Ética responder um debate dessas demandas, a gente não pensa no que, qual e quanto o Conselho foi criado. Se a gente ficar vendo demandas de discussões pessoais, minha com ela, com ele, a gente não vai chegar, e não vai avançar a lugar nenhum. A gente vai ficar sempre nas mesmas coisas. Tá sendo a meses acho que quase um ano, nós ficamos quase logo. A gente vem, debate, aí fica essa discussão, todas as reuniões são assim. Ninguém aguenta mais isso, a gente vem porque, infelizmente, não tem outro jeito. A gente dispara essas dificuldades o tempo todo em relação à democracia. A gente fez o regimento, a gente fez isso, fez aquilo. Foi contestado, foi dado um prazo para essa contestação. Teve um resultado, a pessoa não entrou na contestação do resultado, a gente não pode ficar debatendo nessa demanda porque a gente não ficou satisfeita com a decisão. Foi uma coisa que já foi pensada, já foi prevista antes, foi pensada depois. Atuamos em cima disso, a gente tem nossas condições de atuar em cima disso. Foi um prazo para a resposta e para defesa. Não foi solucionado nesse tempo, não tem como a gente ficar debatendo essas demandas, sendo todo plenário a mesma demanda. A gente não vai avançar nunca, a gente não vai conseguir fazer o que precisa... Qual é o objetivo do conselho? Alguém aqui ainda lembra? Porque o objetivo que a gente tem é responder a comissão de ética. Porque um*

*foi grosso com o outro, porque o outro xingou, porque o outro teve uma fala racista. E a juventude fica onde? Qual é a causa que a gente está debatendo sobre a juventude? O que a gente está fazendo de bom na juventude? Qual política pública que a gente está criando que seja benéfica? Qual a proposta que a gente tá levantando? Alguém sabe me dizer alguma? Era só isso mesmo.”* O conselheiro Caio usa seu momento de fala para informar que as matérias discutidas no CMJC não estão sendo produtivas e que este não é um espaço político, aproveita ainda para enfatizar a necessidade de focar em questões relevantes para a juventude em vez de disputas políticas. Expressa sua frustração com a quantidade de tempo desperdiçado em discussões sobre denúncias e ética, enquanto os problemas reais dos jovens, como o desemprego e a falta de oportunidades, são negligenciados, e pede maturidade e responsabilidade dos membros do Conselho para direcionar seus esforços para questões que realmente impactam a vida dos jovens cariocas. Além disso, ele critica a falta de respeito ao regimento do CMJC, destacando a importância de segui-lo para garantir um ambiente de discussão produtivo. A Conselheira Moanan destaca a necessidade de criar um espaço mais atrativo para os jovens no Conselho, que atualmente parece dominado por disputas de ego e interesses pessoais, não refletindo verdadeiramente a juventude carioca. Além de enfatizar que eles, como membros do conselho, já estão em um lugar diferente da juventude que enfrenta o subemprego, e é responsabilidade deles construir algo melhor para essa nova geração. Propõe mudanças nas discussões do CMJC, sugerindo dedicar mais tempo para abordar questões relevantes para a juventude, como políticas públicas e inclusão. Além disso, sugere tornar as reuniões mais acessíveis, deslocando-as para diferentes partes da cidade, e enfatiza a importância de tornar o ambiente do Conselho mais inclusivo e respeitoso. A conselheira Lara de França deixou a reunião às 12h25’. Passando para a Conselheira Cristiana, que reafirma a necessidade de deixar de lado questões pessoais e divergências externas durante as discussões no Conselho, destacando a perda de tempo e a falta de propósito ao focar em assuntos pessoais, que não têm lugar nas reuniões. Menciona ter sido citada anteriormente em uma assembleia, ressaltando a importância de abordar os assuntos de forma madura e construtiva e, apesar de reconhecer a importância da oposição e opiniões divergentes, argumenta contra a expulsão de colegas, defendendo uma abordagem mais construtiva e madura para resolver as diferenças. O conselheiro Eryck deixou a reunião às 12h30’. Passando para o Conselheiro Gustavo Costa, que trás para conhecimento dos demais conselheiros a importância da entidade que representa para os jovens e destaca a capacidade de



mobilização da União Nacional dos Estudantes (UNE) e propõe que o poder público apoie eventos promovidos por essa entidade, como a Bienal da UNE, que beneficiam toda a sociedade. Também menciona a atuação do Conselho no ano anterior na Câmara Municipal de Vereadores, buscando ampliar o passe livre para estudantes no Rio de Janeiro, e sugere que o CMJC se envolva na caravana da UNE, que passará por vários estados, incluindo o Rio de Janeiro, propondo a organização de um grande evento em parceria com a Livia Pessoa para melhorar a atuação do Conselho. O Conselheiro Gustavo Lourenço usa seu tempo de fala para destacar a falta de ação das comissões do Conselho, ressaltando a necessidade de iniciativa por parte dos membros e expressa sua frustração com a inércia e a falta de pragmatismo político, mencionando sua própria experiência em mobilizar contatos e recursos para promover mudanças. Critica a postura de membros que optam por se abster ou evitar confrontos em vez de agir para resolver os problemas, e enfatiza a importância da reorganização das comissões para promover a eficácia do conselho, destacando a necessidade de ações concretas, como visitas às escolas, para alcançar resultados tangíveis. A conselheira Camila Peçanha usa seu tempo de fala para enfatizar a necessidade de lidar com as questões do Conselho com maturidade, reconhecendo as frustrações dos membros com a repetição de discussões. A vice-presidente expressa o desejo de resolver essas questões antes da entrada de novos conselheiros, para que pudessem aproveitar seu entusiasmo. E enfatiza a importância das comissões em operar políticas públicas para a juventude e sugere que elas devem focar mais em questões concretas do que em conflitos internos. Apesar do desgaste, ela argumenta que é necessário enfrentar esses debates e agir com mais pragmatismo. Por fim, propõe uma votação para direcionar um parecer ao Ministério Público, visando resolver as questões em discussão. Atendendo o encaminhamento da pauta, o Presidente abre o regime de votação por contraste para direcionamento de parecer ao Ministério Público, aprovado com 18 (dezoito) votos favoráveis, 0 (zero) votos contrários, e 0 (zero) abstenções. O conselheiro Kawan Lopes chegou à reunião às 12h37'. O Presidente da mesa informou a necessidade de adiamento da sessão por falta de quórum após a saída de alguns Conselheiros. O Conselheiro Caio alega a necessidade de não limitar a sessão do Conselho apenas à votação do parecer da Comissão de Ética, destacando outros pontos importantes a serem abordados, e sugere que o plenário do Conselho decida sobre a prorrogação da sessão para votar a restituição dos Conselheiros, evitando assim perder tempo ao voltar apenas para votar o parecer da comissão de ética. A Conselheira Camila sugere a realização de uma reunião

extraordinária remota para falar sobre as comissões, para que os demais Conselheiros possam participar e para que seja respeitado o quórum regimental. O Presidente da mesa abre o regime de votação por contraste das duas propostas tendo 0 (zero) votos na proposta 1 (um), que optava por manter a sessão, e 19 (dezenove) votos na proposta 2 (dois), que optava por adiar a sessão, realizando uma reunião extraordinária remota. Desta maneira, fica decidido em plenário que haverá reunião extraordinária online, com urgência, com data a ser informada pelos meios oficiais de comunicação do Conselho. O Presidente do CMJC se encaminha às disposições finais da assembleia, agradecendo a presença de todos. Destaca a importância da decisão tomada sobre o futuro do CMJC, reconhecendo os debates e divergências normais. Expressa o desejo de que o Conselho seja liberado dessas questões para avançar nas políticas de juventude. Enfatiza a necessidade de construir políticas públicas para o futuro da cidade e a importância de avaliar a origem dos debates. Apesar dos embates, destaca que nem todos os debates enriquecem o espaço, mas são fundamentais para o amadurecimento democrático. Instiga todos a saírem da reunião com o sentimento de construção das políticas públicas. Encerra sua fala reforçando o compromisso de todos com a construção do espaço do conselho e anuncia que as demais pautas serão discutidas na próxima reunião. Sanadas as dúvidas, foi finalizada a assembleia às 12h42'.